



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**GAIA CRED COMPANHIA SECURITIZADORA
DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Relatório da Administração	7
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes.....	8
Balanco patrimonial.....	9
Demonstração dos resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração do valor adicionado.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	15
2 Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras	16
3 Resumo das principais práticas contábeis	16
4 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.....	18
4.1 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas	18
5 Aplicações financeiras	19
5.1 Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo	19
5.2 Movimentação das aplicações financeiras.....	20
6 Contas a receber.....	20
7 Tributos a recuperar	20
8 Contas a pagar - passivo circulante	20
9 Debêntures	21
10 Patrimônio líquido	22
11 Receita líquida de prestação de serviços.....	24
12 Despesas gerais e administrativas	24
13 Resultado financeiro.....	24
14 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	25
15 Partes relacionadas.....	25
16 Remuneração do pessoal-chave da administração	26
17 Benefícios aos empregados	26
18 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros.....	26
19 Análise de sensibilidade.....	29
20 Cobertura de seguros	30



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalva

Principais assuntos de auditoria


Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato que em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 102.000 e nessa data o passivo a descoberta era de R\$ 69.000. Até início de setembro de 2017, a carteira de recebíveis da Companhia era composta por direitos de créditos (empréstimos consignados), adquiridos de terceiros. No entanto, em 4 de setembro de 2017, conforme descrito na nota 1 (“Contexto operacional”), foi registrada ata que transferiu todos recebíveis bem como as debêntures da 1ª (primeira) emissão para outra securitizadora (Adicional Securitizadora S.A). Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade normal das operações da Companhia. Entretanto, a Administração da Companhia está trabalhando para uma nova aquisição de carteira de direitos de créditos e aumento de capital para o primeiro semestre de 2018. Esse plano estratégico corrobora a continuidade dos negócios da Companhia em curto prazo, apoiando o plano de continuidade dos negócios, conforme descrito pela Administração na Nota 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Controles sobre a existência e valorização dos recebíveis que lastreiam as Debentures da Companhia

Conforme mencionado nas notas explicativas 6 e 9, a Companhia mantém registrado direitos de créditos financeiros vinculados às suas emissões de debentures, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos financeiros tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira das debentures emitidas aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos financeiros as correspondentes debentures. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento das debentures em conexão as suas obrigações.



Nesse contexto, devido a necessidade de controles adequados para o gerenciamento do registro, atualização e baixa dos mesmos, demandamos esforços na auditoria incluindo o trabalho de análise dos controles internos relacionados aos processos operacionais relevantes exercidos pela Companhia para garantir a existência e adequada valorização desses ativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) entendimento junto a administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros; ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros; iii) recálculo do valor presente dos direitos de créditos financeiros, em base de amostras.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos saldos do período anterior

As demonstrações financeiras, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de março de 2017, sem modificação

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.


Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a



Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a



menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2018

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8



Cleber de Araujo
Contador CRC nº 1 SP 213655/O-8



Gaia Cred Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Relatório da Administração

Fundada em 15 de maio do ano de 2014, a Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”) está situada na Rua do Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º. Andar – Vila Olímpia – São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros.

Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores.

Para tornar-se líder e impar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e taxas atraentes.

A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras.

Em 2017, a Gaia Cred quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre investindo em estruturação financeira, processos de análise e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, emitindo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2015.

O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras.

Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva!

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2016, a Mazars Auditores Independentes S.S., ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Gaia Cred Securitizadora S.A

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º 267.616.938-61, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frascino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 27.756.869-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º 274.390.808-40, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA CRED SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.646.442/0001-17, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.467.558 (“Companhia”), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016; e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2018.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Aplicações financeiras	5	5	534	Contas a pagar	8	5	72
Contas a receber	6	-	2.304	Partes relacionadas.	15	74	3
Tributos a recuperar	7	5	2			-	-
Partes relacionadas	15	-	29			-	-
		10	2.869	Total do passivo circulante		79	75
				Não circulante			
				Exigível ao longo prazo - debêntures	9	-	2.789
				Total do passivo não circulante		-	2.789
				Patrimônio líquido/passivo a descoberto			
				Capital social	10	181	181
				Prejuízos acumulados		(250)	(176)
				Total do patrimônio líquido/passivo a descoberto		(69)	5
Total do ativo		10	2.869	Total do passivo e patrimônio líquido		10	2.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findo em dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita líquida de prestação de serviços	11	35	40
Despesas operacionais		(161)	(147)
Despesas gerais e administrativas	12	(161)	(149)
Outras receitas operacionais		-	2
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(126)	(107)
Resultado financeiro	13	52	5
Receitas financeiras		1.728	1.908
Despesas financeiras		(1.676)	(1.903)
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-
Prejuízo do exercício		(74)	(102)
Quantidade de ações no fim do exercício	10	181	181
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$	10	(0,40884)	(0,56354)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findo em dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(74)	(102)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(102)</u>	<u>(102)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findo em dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10	1	(74)	(73)
Aumento de capital		180		180
Prejuízo do exercício		-	(102)	(102)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10	181	(176)	5
Aumento de capital		-	-	-
Prejuízo do exercício		-	(74)	(74)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10	181	(250)	(69)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findo em dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício / período	(74)	(102)
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução em aplicações financeiras	529	(515)
(Aumento) redução em contas a receber	2.304	(2.304)
(Aumento) redução em partes relacionadas	100	(41)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(3)	(2)
(Aumento) redução em contas a pagar	(67)	25
(Aumento) redução em outras obrigações	-	(30)
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	<u>2.789</u>	<u>(2.969)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
(Aumento) redução em debêntures	(2.789)	2.789
Aumento de capital	-	180
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(2.789)</u>	<u>2.969</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / período	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findo em dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta de prestação de serviço	35	40
Outras receitas	-	2
Insumos adquiridos de terceiros	(103)	(131)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(103)	(131)
Valor adicionado bruto	(68)	(89)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(68)	(89)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.728	1.908
Valor adicionado total a distribuir	1.660	1.819
Distribuição do valor adicionado	1.660	1.819
Pessoal	6	5
Remuneração direta	6	5
Impostos, taxas e contribuições	47	4
Federais	47	4
Remuneração de capital de terceiros	1.681	1.912
Juros	1.676	1.903
Aluguéis	5	9
Remuneração de capitais próprios	(74)	(102)
Prejuízos acumulados	(74)	(102)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar – Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 15 de maio de 2014 e obteve seu registro na JUCESP em 16 de julho de 2014. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Em 16 de dezembro de 2015, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, sociedades de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias.

- Escritura particular da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Gaia Cred.

Dessa forma em 16 de dezembro de 2015, a Companhia emitiu 2 (duas) series de debêntures: Classe Sênior no valor de R\$ 8.000 (oito milhões de reais) e Classe Privada no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), conforme nota explicativa nº 9.

Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 400 (quatrocentos mil reais) em 22 de janeiro de 2016 e R\$ 1.000 em 17 de fevereiro de 2016 e R\$ 573 (quinhentos e setenta e três mil reais) em 6 de dezembro de 2016.

Em 29 de maio de 2017 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a transferência dos recebíveis (nota6) e debêntures da 1ª (primeira) emissão a Adicional Securitizadora S.A (nota9) por meio de assunção de dívida. A transferência dos ativos e passivos por assunção de dívida foi registrada em 04 de setembro de 2017 por meio de Assembléia Geral Extraordinária (AGE).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não emitiu novas debêntures, desta forma gerado resultado negativo de R\$ 74 e um passivo a descoberto de R\$69.

O plano de ação da Companhia para se manter operacional será a integralização de capital que será realizada pelos controladores em volume suficiente para absorver os prejuízos acumulados e fazer frente aos passivos da Companhia.

A Companhia está buscando novos negócios e é provável que em 2018 haja emissão de debêntures financeiras não conversíveis em ações, lastreadas em recebíveis, desta forma gerando novas receitas.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 25 de fevereiro de 2018.

(a) Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e (ii) instrumentos financeiros disponíveis para venda.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC e as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em período não superior a um ano.

(b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças no valor desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros disponíveis para a venda

Um ativo financeiro disponível para a venda é um ativo financeiro não derivativo que é designado como disponível para a venda ou não é classificado em nenhuma das categorias possíveis. A Companhia tem os seus investimentos em títulos patrimoniais e/ou títulos de dívida classificados como que serão mantidos em carteira por um tempo não determinado, mas que poderão ser liquidados por eventos relacionados a alterações no nível de liquidez do título, condições macroeconômicas que afetem as suas condições de remuneração e/ou outras situações que possam sinalizar a possibilidade e a oportunidade na liquidação do título. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo seu valor justo e as mudanças são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Na ocasião da baixa desses ativos, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando a Companhia tem a intenção e capacidade de mantê-los até a data de seu vencimento. Esses títulos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Contas a receber

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

(c) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Companhia revisa anualmente, ou quando há indícios de perda, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a necessidade de realizar ajustes por recuperação de ativos.

(d) Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

(e) Outros ativos e passivos circulantes

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos.

(g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

(h) Resultado por ação

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

(i) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado por regime de competência.

(j) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. Avaliamos a adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia e verificamos que não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação;
- Alterações à IFRS 11 - Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas;
- Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação;
- Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização; e
- Melhorias Anuais - Ciclo de IFRSs 2012-2014.

4.1 Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b);
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (b);
- IFRS 16 - Arrendamentos (c);
- Alterações à IAS 7 - Iniciativa de Divulgação (d);
- Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a);
- Melhorias Anuais - Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b);

(a) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória, conforme previsto pelas normas contábeis. A Administração da Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessas normas.

5 Aplicações financeiras

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos para Negociação		
Certificado de Depósito Bancário	<u>5</u>	<u>534</u>
	<u>5</u>	<u>534</u>

5.1 Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo

A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos “Títulos para negociação” e dos “Títulos disponíveis para venda” mantidos pela Companhia:

Tipo de Instrumento	31/12/2017			31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Certificados de Depósitos Bancários Valor justo	-	5	-	-	534	-

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	534	19
Aplicação/Resgate	(538)	507
Receita financeira	9	8
Saldo final	5	534

6 Contas a receber

Está representado da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Carteira de Créditos (a)	-	2.321
Juros a apropriar (b)	-	(17)
Outras Contas a Receber (c)	-	29
	-	2.333

(a) Refere-se substancialmente a aquisição de direitos de créditos financeiros que tem prazo médio de recebimentos de 35 dias.

(b) Os juros são reconhecidos pró-rata temporis respeitando o prazo de vigência de cada contrato cedido a Companhia.

(c) Refere-se substancialmente a saldos com partes relacionadas (nota 15) liquidados no segundo trimestre de 2017.

7 Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
IR sobre aplicações financeiras	5	2
	5	2

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Contas a pagar - passivo circulante

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a pagar (*)	5	72
	<u>5</u>	<u>72</u>

(*) refere-se basicamente a prestações de serviço de terceiros, auditoria e despesas operacionais, tais como taxas e despesas com softwares.

9 Debêntures

Em 16 de dezembro de 2015, a Companhia emitiu 2 (duas) séries de Debêntures, remuneradas por 130% para a classe sênior e 180% para a classe privada da variação de CDI acumulado, com vencimento em 2020.

Dos valores emitidos foram integralizados R\$ 400 (quatrocentos mil reais) em 22 de janeiro de 2016 e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em 17 de fevereiro de 2016, R\$ 573 (quinhentos e setenta e três mil reais) em 06 de dezembro de 2016.

Em 04 de setembro de 2017, foi registrada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a transferência da totalidade do saldo das debêntures a Adicional Securitizadora S.A desta forma, a Companhia não possui obrigações.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. Os custos de transação relativos a essas duas captações montaram em R\$ 134 (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais).

Em 31 de dezembro de 2017 estão representadas da seguinte forma:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Debêntures emitidas Classe Sênior	-	9.293
Debêntures emitidas Classe Privada	-	2.499
Debêntures a integralizar	-	(9.550)
Custo de Emissão e Colocação	-	(107)
Prêmios Debêntures (b)	-	654
Total	<u>-</u>	<u>2.789</u>

(a) Os passivos com emissão e colocação foram totalmente liquidados em 31/03/2016. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve novas emissões de debêntures.

(b) Refere-se substancialmente a remuneração adicional que será paga ao investidor obedecendo a Razão de Garantia que corresponde a 120%.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo: simples, nominativas escriturais e não conversíveis em ações.

Espécie: com garantia real, com garantia fidejussória adicional nos termos do artigo 58 da lei 6404/76.

Valor Original: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

Valor Nominal: R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por debênture.

Destinação dos recursos: Os recursos oriundos da emissão serão destinados à aquisição dos recebíveis.

Pagamentos condicionados: A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização das debêntures (amortizações e remunerações) está condicionada à realização das carteiras de crédito que serão adquiridas pela Securitizadora a partir da integralização dos recursos e vinculadas respectivamente a cada uma das séries de debêntures.

Remuneração adicional (prêmio): Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização dos direitos creditórios vinculados a cada série de debêntures e paga em parcelas mensais.

$$R_{\text{garantia}} = \frac{S_{\text{cc}} - C_{\text{op}}}{S_{\text{deb}}}$$

Onde:

“Scc” corresponde ao saldo na conta centralizadora no sexto dia útil do respectivo mês;

“Cop” corresponde ao Custo operacional do respectivo mês; e

“Sdeb” corresponde ao saldo atualizado das Debêntures.

Garantias: Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de conta vinculada, contendo o fluxo de recebimentos das carteiras vinculadas a cada série de debêntures.

Dação em pagamento: Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Vortex S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora que poderá incluir entre outras medidas (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros.

Fundo reserva: São constituídos para cada série de debêntures e será limitado a um valor mínimo de R\$ 20 (vinte mil reais).

10 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social é de R\$ 181 (R\$ 181 em 2016) representado por 181.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de abril de 2016, 13 de julho de 2016 e 29 de dezembro de 2016, houve as integralizações de capital no montante de R\$ 30, R\$ 100 e R\$ 50, respectivamente, mediante a emissão de 30.000, 100.000 e 50.000 ações, totalizando 181.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo todas já sido integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 dezembro de 2016, o capital social era dividido da seguinte forma:

Acionistas	%	Ações	
		31/12/2017	31/12/2016
Nova Atlantis Participações Ltda.	99,99%	180.000	180.000
Outros	0,01%	1.000	1.000
Capital subscrito	100%	181.000	181.000

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias

O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não houve distribuição de dividendos aos acionistas.

Lucro básico e diluído por ação (*)

De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo Atribuível aos acionistas da Companhia	(75)	(102)
Média Ponderada do número de ações durante o exercício	181	68
Prejuízo básico e diluído (R\$)	(0,41)	(1,50)

(*) O lucro diluído apresenta-se igual ao lucro básico por ação, pois não existem efeitos diluidores.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Receita líquida de prestação de serviços

A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Bruta de prestação de serviço	35	42
Tributos Indiretos (Pis, Cofins e ISS)	-	(2)
Receita líquida de Prestação de Serviço	<u>35</u>	<u>40</u>

12 Despesas gerais e administrativas

A composição das despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas tributárias	(47)	(4)
Despesas com anúncios e publicações	(41)	(52)
Despesas com auditoria	(22)	(65)
Despesas gerais	(20)	(4)
Despesas serviços de terceiros	(18)	(8)
Despesas com pessoal	(6)	(6)
Despesas com ocupação	(6)	(9)
Despesas com utilidades e serviços	(1)	(1)
	<u>(161)</u>	<u>(149)</u>

13 Resultado financeiro

A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 encontra-se demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros carteira de crédito	1.720	1.900
Receita de aplicações financeiras – CDB	8	8
Despesas financeiras (a)	<u>(1.676)</u>	<u>(1.903)</u>
	<u>52</u>	<u>5</u>

(a) Refere-se substancialmente a despesas com juros de remuneração das debêntures R\$ 183, custos operacionais da operação R\$ 924 e a prêmios de participação que serão pagos adicionalmente aos debenturistas R\$ 569, este último, apurado líquido dos custos de manutenção dessa operação de captação.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontram-se demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(Prejuízo) / Lucro antes do IRPJ e CSLL.	(74)	(102)
Adições/Exclusões permanentes	-	-
(=) Base de cálculo	(74)	(102)
(x) Alíquota do IRPJ (15%) e da CSLL (9%)	18	24
Crédito tributário s/ prejuízo fiscal e base negativa	<u>(18)</u>	<u>(24)</u>
(=) Provisão para IRPJ e CSLL	-	-

15 Partes relacionadas

(a) Participação acionária

A Companhia é controlada direta da Nova Atlantis Participações Ltda. que, em 31 de dezembro de 2017, esta possui participação de 99,99% do seu capital.

(b) Transações com partes relacionadas

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Ativo (Passivo)</u>	<u>Receita (Despesa)</u>	<u>Ativo (Passivo)</u>	<u>Receita (Despesa)</u>
Rateio de Custos (a)	-	(11)	-	(14)
Contas a pagar (b)	(74)	-	(3)	-
Contas a receber (c)	<u>-</u>	<u>35</u>	<u>29</u>	<u>40</u>
	<u>(74)</u>	<u>24</u>	<u>26</u>	<u>26</u>

(a) refere-se ao rateio de custos relativos à estruturação e emissão de debêntures incorridos pela sua controladora Gaia Sec Assessoria Financeira Ltda.

(b) refere-se a despesas pagas pela controladora Nova Atlantis Participações Ltda, que serão reembolsadas pela Cia.

(c) refere-se substancialmente a receita de estruturação e emissão de debêntures que serão recebidas da parte relacionada Gaiasec Assessoria Financeira Ltda. Recebida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Remuneração do pessoal-chave da administração

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 a remuneração mensal do valor fixado de um salário mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário.

O Pessoal-Chave da administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 30 de abril de 2017.

17 Benefícios aos empregados

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

18 Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é mensurado por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das informações trimestrais.

As aplicações financeiras da Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) administrados pelo Banco Bradesco S.A

Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Gestão de risco de capital

A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso.

O objetivo da Companhia é atingir um retorno sobre capital de 10%a.a., contudo, por estar no início de suas operações e ter realizado apenas uma operação, o retorno do sobre o capital foi negativo.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento líquido

O índice de endividamento da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está representado pela tabela a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Índice de Endividamento (a)	809%	99,84%

(a) Passivo circulante + passivo não circulante sobre o total de ativos da companhia.

Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$ 0 aplicados em certificado de depósitos bancários.

Garantias de Crédito

As garantias de crédito oferecidas pela Companhia no caso de insolvência são:

(a) Garantia Real

Em garantia do pagamento integral e pontual das obrigações assumidas pela Companhia sob as Debêntures (“Obrigações Garantidas”), a Companhia comprometeu-se a ceder fiduciariamente, com periodicidade diária, aos debenturistas que são representados pelo agente fiduciário conforme escritura de emissão.

(b) Garantia Fidejussória

A Companhia oferece garantia fidejussória para as debêntures que emitiu que garante o pagamento integral das obrigações garantidas, a fiadora presta fiança em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado acionário

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco.

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estará exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Risco de liquidez

O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimentos Aberto - DI este indexado as variações do CDI, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a pagar (a)	2018	5	72
Debêntures (b) - Nota 9	2020	-	2.789
		<u>5</u>	<u>2.861</u>

(a) Os passivos financeiros não derivativos serão liquidados nos vencimentos que foram acordados com os fornecedores, cujo prazo máximo para liquidação é de até 31 de dezembro de 2017.

(b) Os passivos financeiros derivativos foram transferidos juntamente com os recebíveis (Nota 6) para a Adicional Securitizadora por meio de assunção de dívida.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Os passivos financeiros não derivativos são negociados considerando a expectativa da Companhia em gerar caixa e os prazos para pagamentos variam de 3 a 6 meses, caso os negócios não sejam efetivados, os sócios se dispõem a aumentar o capital de forma a garantir sua liquidez.

Os passivos financeiros derivativos serão liquidados com base no retorno de 13,5% a.m. que a Companhia tem sob a aquisição de créditos que são realizadas diariamente e com prazo médio de recebimento de 35 dias, desta mantendo liquidez suficiente para liquidá-los no prazo de vencimento acordado.

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Fundos de Investimentos, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Para os ativos financeiros, a Companhia estuda as modalidades de investimentos oferecidas por grandes bancos e qual o tipo de remuneração, como o caixa é utilizado constantemente nas atividades operacionais, a diretoria decidiu aplicar em certificados de depósitos bancários CDB's e fundos de investimentos que remuneram um percentual da taxa de depósitos interbancários - CDI 93% conforme descrito na nota explicativa nº 5.

Para os passivos financeiros, a Companhia remunera os debenturistas com base em um percentual da taxa de depósitos interbancários - CDI e somente serão pagos no vencimento da operação conforme descrito na nota explicativa nº 10.

19 **Análise de sensibilidade**

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2017 se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2017, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 29 de dezembro de 2017, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 9,84% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 7,38% a.a. 4,92% a.a.

Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2017.

<u>Operação</u>	<u>Posição 12/2017</u>	<u>Fator de risco</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25% menos</u>	<u>Cenário III 50% menos</u>
Aplicação financeira	5	CDI	7%	5,25%	3,50%
Receita projetada	-	-	1	-	-

Gaia Cred Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para riscos aos quais estaria sujeita em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a de sua atividade. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *